

COMISSÃO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA CMMC

78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CMMC

09 de outubro de 2025 | local: Sala de Reuniões SEMAM | Horário: 10h00 Coordenador:

Glaucus Renzo Farinello (SEMAM)

Vice Coordenador: Fernanda Rodrigues Alarcon (SEMAM/PMS)

Relator: Glaucia Reis (SEMAM)

Representantes presentes: Fernanda Rodrigues Alarcon (SEMAM/PMS), Marta Moura Flores (SEINFRA/PMS), Sabrina Aparecida Teixeira (SEOBE/PMS), Franco Cassol (DEFESA CIVIL), Ernesto Kazuo Tabuchi (SEGOV/PMS), Boanerges de Oliveira (CCZV/SMS).

Ausências justificada: Janaina Nascimento (SMS/PMS) e Edson Zeppini (GPM).

Convidados: Estagiária Camila (COPOLAM), Matheus Maretti (COPOLAM), Miguel (COPOLAM), Marina (COPOLAM) e Cailane (COPOLAM).

Memória da Reunião

Pauta da Reunião:

1. Apresentação programa DETECTA;
2. Devolutiva SEMANA DA INOVAÇÃO – ENAP;
3. Assuntos Gerais.]

A Sra. Fernanda agradeceu a todos pela presença e iniciou a reunião.

No item 1, Estagiária Camila iniciou a apresentação do programa DETECTA informou que faz parte da equipe do programa e que este atua junto a Coordenação de Políticas Ambientais (COPOLAM).

Participou que o objetivo do programa é melhorar a qualidade de água dos canais de drenagem de Santos e do esgoto. Citou os três pilares do programa: 1. Coleta e análise microbiológica; 2. Fiscalização dos sistemas de drenagem; 3. Inspeção nas unidades residenciais e comerciais de Santos. Mencionou que o programa realiza o monitoramento de sub-bacias em Santos, com coletas semanais em poços de visita pluvial para identificar possíveis irregularidades, principalmente por meio da análise de E. Coli (coliformes fecais). Explicou que as amostras são enviadas ao laboratório da SECOMB/SEMAM que realiza a análise da água. Disse que os resultados são comparados semanalmente para verificar variações nos índices de contaminação. Participou que durante as inspeções, já constatam há existência de conexões irregulares entre tubulações de esgoto e de águas pluviais, evidenciada por presença de papel higiênico em um poço pluvial. Inteirou que o programa utiliza ecobarreiras (estruturas flutuantes feitas de material reciclável instaladas nos canais para reter resíduos flutuantes como latas, papéis e plásticos). Explicou que as barreiras precisam de limpeza regular para evitar rompimentos e que não interferem no fluxo dos canais, preservando a fauna, como as tilápias que vivem nos canais. Citou que de julho/2023 a maio/2024, a análise microbiológica identificou 320 ocorrências relevantes, e as vistorias em imóveis registraram 573 irregularidades.

Sra. Fernanda pontuou sobre as vistorias de imóveis e se há alguma listagem.

Sr. Matheus (Equipe DETECTA) respondeu são efetuadas visitas baseadas em dados de E.Coli (coliformes fecais) coletados nas sub-bacias que compõem o sistema de esgoto e também através de denúncias. Explicou que como os canais são alimentados por bacias interligadas, os técnicos identificam quais blocos apresentam maior contaminação. Disse a fiscalização que então a fiscalização é acionada e direcionada para pontos críticos. Relatou que muitas vezes os vazamentos são externos através de caixas de gordura ou descarte inadequado de óleo, que acabam indo para a rede pluvial.

Praça dos Expedicionários, 10 – 9º andar – Gonzaga - Santos - SP

CEP 11.065-922 - Tel.: (13) 3226-8080 - cmmc@santos.sp.gov.br



Sra. Fernanda questionou se o prejuízo é maior em imóveis comerciais e se existe alguma análise sobre.

Sr. Matheus (DETECTA) respondeu que atualmente os dados mostram que cerca de 70% dos estabelecimentos comerciais vistoriados estão em situação irregular, com sistemas de esgoto subdimensionados em relação à quantidade de resíduos gerados. Muitos produzem mais efluente do que o previsto no contrato com a concessionária, o que exigiria uma readequação contratual. Explicou de casos de caixas de gordura saturadas que extravasam, mas o maior índice de irregularidades é residencial, devido ao mau uso da rede de esgoto, que acabam desaguando na drenagem pluvial.

Sra. Fernanda perguntou se ocorre apenas em prédios novos ou antigos

Sr. Matheus (DETECTA) respondeu que em ambos, porém ocorrem com mais frequência em prédios novos,

Sr. Ernesto questionou qual é o cadastro que está sendo utilizado.

Sr. Matheus (DETECTA) respondeu que como referências utilizam o cadastro da Prodesan e da SABESP.

Sra. Fernanda questionou se existe comunicação direta com a SABESP, pois a análise para licenciar esse documento de conformidade ainda está no mesmo molde.

Sra. Sabrina (DECONTE) respondeu que é necessário aprovar o projeto para depois apresentar esse documento.

Sr. Matheus (DETECTA) inteirou sobre realização de trabalho conjunto com a SABESP onde ocorrem fiscalizações nos locais definidos.

Sr. Ernesto pontuou sobre a rede de esgoto dos imóveis comerciais, pois o esgoto é calculado a partir do fornecimento de água.

Sr. Matheus (DETECTA) respondeu que o dimensionamento da rede de esgoto é feito internamente pela própria SABESP, que realiza os cálculos ao receber um pedido de readequação. Citou que durante uma fiscalização conjunta, identificaram documentos desatualizados, dificultando a identificação da real necessidade da rede.

Sr. Ernesto mencionou Prefeitura deveria exigir uma declaração da SABESP para mudança de uso. Inteirou que o Sr. Mateus precisa estar atualizado sobre a questão.

Sr. Matheus (DETECTA) respondeu que essa responsabilidade é da SEOBE e não do programa DETECTA, e que este apenas fiscaliza caixas de gordura. Afirmou que a exigência de mudança de uso não cabe ao DETECTA

Sr. Ernesto questionou como pode haver contrato com a SABESP enquanto ocorrem vazamentos de esgotos diários na região.

Sr. Matheus (DETECTA) explicou que o programa DETECTA é uma parceria com a SABESP e o DETECTA não fiscaliza o funcionamento da rede de esgoto, apenas identificam quando esgoto é despejado na rede pluvial. Ressaltou que muitos vazamentos ocorrem por rachaduras em tubulações, de difícil identificação, e que normalmente a responsabilidade é da SABESP. O DETECTA apenas envia informes, e raramente há aplicação de multas, salvo em ações conjuntas de fiscalização.

Sr. Ernesto destacou que o problema maior é devido à forma de execução das obras da SABESP.

Sr. Matheus (DETECTA) concordou, quanto ao problema. Disse sobre reunião realizada recentemente, na qual o programa DETECTA solicitou à SABESP ações de educação ambiental.

Sr. Ernesto perguntou se o programa DETECTA monta diagnósticos e relatórios formais, pois desta maneira o município fica isento de responsabilidades.

Sr. Matheus explicou que são elaborados relatórios e análises formais desde o início do programa, com registros de coletas de esgoto. Atualmente, somente o laboratório da Prefeitura realiza as coletas. Informou que esses documentos demonstraram que o município não é responsável por certos vazamentos, como os que ocorrem em redes internas (radiais).

A Sra. Fernanda perguntou como é feita a notificação aos prédios.

Sr. Matheus (DETECTA) respondeu que a equipe entra em contato com o responsável pelo imóvel (zelador ou funcionário). Os fiscais notificam, dão um prazo para correção e, se não houver solução, aplicam multa. Ressaltou que os problemas nas radiais ocorrem porque os sistemas de esgoto foram projetados para casas e agora atendem prédios com grande população, sobrecarregando a rede.

Sr. Ernesto levantou que existem obras que não são cadastradas devidamente.

Sra. Marta pontuou sobre as obras e informou que o cadastro, não é responsabilidade da SEINFRA.

Na continuidade Sr. Matheus (DETECTA) explicou dados de 2023, na qual a Sabesp colaborava nas detecções, usando um meio de cultura mais específico para E. Coli. Após a privatização, a Sabesp e que agora só a Prefeitura faz as coletas, com amostras de três bacias principais.

Foi questionado se o padrão de cada canal era muito diferente

Sr. Matheus (DETECTA) explicou que o padrão do CONAMA é rígido (0,5), enquanto eles adotam um padrão próprio de até 200 mil, considerando a realidade urbana e a presença de animais. Salientou que coletas são feitas nas ruas, não nos canais, e que a pluviosidade influencia os resultados.

Informou que estão adotando forças tarefas junto a SABESP e fiscalização da SEMAM, visando a longo prazo levar um fiscal de obras, pensando em toda ação fiscalizadora.

Sra. Camila discorreu sobre os números analisados e os relatórios extraídos a partir disso.

Sr. Mateus (COPOLAM) expôs que pretendem ressignificar o projeto, visando parcerias para execução de serviços em prol de um acompanhamento mais completo.

Sr. Matheus (DETECTA) explanou que além de cuidarem do sistema de drenagem (contendo lixo como boias), cuidam da poluição oceânica advindas de áreas continentais da cidade e o próximo passo é identificar o produtor do lixo e aplicar as medidas cabíveis.

Sr. Alessandro Zuffo ressaltou a importância dos dados apresentados, pois auxiliam na atividade em conjunto com outros setores de fiscalização, inclusive no processo de educação ambiental e nas políticas acerca disso.

Sr. Matheus (DETECTA) agradeceu ao espaço cedido e finalizou a apresentação.

No item 2, Sra. Fernanda discorreu sobre a temática e informou que a programação ocorreu em três dias. Disse que o Plano Clima foi focado durante as apresentações, completou dentro disso, que é importante que se torne Lei Federal, pois por enquanto é um programa. Compartilhou que entende as dificuldades de enfrentamento com os construtores e da não obrigatoriedade de cumprir por lei, mesmo já havendo um projeto de lei em tramitação. Comentou de conversa com a Secretário Nacional de Mudanças Climáticas sobre a temática e como enfrentar a implementações das ações nos territórios. Mencionou sobre diálogo com a Major da Defesa Civil do Estado de São Paulo e que esta reconheceu o trabalho realizado em Santos. Em seguida discorreu as tratativas com um olhar social sobre Transição Justa em conjunto com a Transição Verde pelo Dep. Federal Pedro Campos.

Sr. Ernesto comentou que a matriz energética do Brasil está bem diversificada, pois há uma produção maior de quilowatts de fontes renováveis do que petróleo e queima de carvão. Disse que o Brasil mesmo sendo o maior país tropical do mundo, não se utiliza energia solar em larga escala.

Sra. Fernanda incluiu as energias eólicas offshore. Citou a resiliência da cidade de Santos frente aos desastres, devido a equipe que a cidade tem constituída e focou nos desafios quanto implementação do PACS. Falou sobre Governança Climática, contatos estratégicos, oportunidades de financiamentos e quais seriam os próximos passos: ações imediatas e a médio prazo. Comentou que a missão agora é formalizar estes contatos e tentar fortalecer a comissão para que cada vez mais vire agenda de Governo.

No item 3, assuntos gerais, deixou agendada a reunião do próximo mês datada em 13 de novembro e SEGOV apresentará sobre mudanças climáticas desde 1978. Nada mais a ser tratada, a reunião foi finalizada.

FERNANDA ALARCON
COORDENADORA DA CMMC

Praça dos Expedicionários, 10 – 9º andar – Gonzaga - Santos - SP
CEP 11.065-922 - Tel.: (13) 3226-8080 - cmmc@santos.sp.gov.br

